

Atlas Casablanca Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Casablanca Holding S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, a Companhia e suas controladas operaram normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, as controladas tiveram a geração impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.3.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros das controladas:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem <i>Curtailment</i> (RS) (i)	(-) <i>Curtailment</i> (RS) (i)	Receita bruta com <i>Curtailment</i> (RS) (i)
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	112.416	81.422	30.994	27,57%	17.516	(5.222)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	112.056	81.162	30.894	27,57%	17.426	(5.205)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	112.336	81.364	30.972	27,57%	17.319	(5.218)	22.537
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	36.726	26.600	10.125	27,57%	5.796	(1.706)	7.502
Total:		373.534	270.548	102.985	27,57%	58.057	(17.351)	75.515

(i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas indiretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a investida direta, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.Companhia

(ii) Refere-se a média dos cortes

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 22,97%, inferior ao percentual de corte energético (27,57%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as investidas reconheceram valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off*

superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022. Foi reconhecido em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 382, conforme nota explicativa nº 19.

A Companhia e suas controladas entendem que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento da Companhia e suas controladas, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia e suas controladas terão condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração da Companhia e suas controladas, entendem, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Companhia e suas controladas adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Sim	114	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Sim	115	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Sim	115	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Sim	37	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
		381	

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.3, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia e suas controladas, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 27 de março de 2026.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Casablanca Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Casablanca Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Balanças patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.081	948	30.438	30.125	Fornecedores	15	-	51	15.287	40.352
Contas a receber	9	-	201	24.849	64.689	Financiamentos	16	-	-	53.334	63.681
Imposto de renda e contribuição social	10	21	173	7.892	1.679	Obrigações fiscais	8	8	2	838	1.762
Impostos a recuperar		-	-	484	48	Imposto de renda e contribuição social	22	8	-	1.343	1.669
Adiantamento a fornecedores		-	43	12	43	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1	-
Despesas antecipadas		-	-	779	2	Passivo de arrendamento	10	-	-	51	45
Tributos diferidos	22	-	-	-	2.611	Outras contas a pagar	15	-	-	5.887	8.625
Outras contas a receber		-	-	-	1.003						
Total do ativo circulante		8.102	1.365	64.454	100.200	Total do passivo circulante		16	53	76.741	116.134
Tributos diferidos	22	-	-	11.267	34.540	Financiamentos	16	-	-	539.715	651.756
Investimentos em controladas	11	648.236	612.108	-	-	Provisão para desmobilização	17	-	-	20.840	18.724
Mútuos financeiros com partes relacionadas	23	271	-	-	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	9.545	9.596
Ativo de direito de uso	12	-	-	8.744	9.068						
Imobilizado	13	-	-	1.175.594	1.214.257	Total do passivo não circulante		-	-	570.100	680.076
Intangível	14	-	-	49.707	51.565	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		648.507	612.108	1.245.312	1.309.430	Capital social	18.a	732.782	711.082	732.782	711.082
						Hedge de fluxo de caixa	18.b	(22.115)	(72.117)	(22.115)	(72.117)
						Prejuízos acumulados		(54.074)	(25.545)	(54.074)	(25.545)
						Total do patrimônio líquido		656.593	613.420	656.593	613.420
Total do ativo		656.609	613.473	1.309.766	1.409.630	Participação de não controladores		-	-	6.332	-
						Total do passivo e patrimônio líquido		656.609	613.473	1.309.766	1.409.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	-	-	265.488	259.426
Custos de operação	20	-	-	(221.968)	(178.542)
Lucro bruto		-	-	43.520	80.884
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(86)	(133)	(6.552)	(1.840)
Outras receitas / (despesas) operacionais	20	844	1	(3.125)	7.109
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		758	(132)	33.843	86.153
Receitas financeiras	21	181	112	813	5.472
Despesas financeiras	21	(1)	(1)	(60.495)	(58.506)
Resultado financeiro líquido		180	111	(59.682)	(53.034)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(29.207)	26.872	-	-
Resultado antes dos impostos		(28.269)	26.851	(25.839)	33.119
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(260)	-	(2.969)	(6.269)
Prejuízo / (Lucro) líquido do exercício		(28.529)	26.851	(28.808)	26.850
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		(28.529)	26.851	(28.529)	26.850
Acionistas não controladores		-	-	(279)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
Exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo / (Lucro) líquido do exercício	<u>(28.529)</u>	<u>26.851</u>	<u>(28.808)</u>	<u>26.850</u>
Hedge de fluxo de caixa	<u>50.002</u>	<u>(106.051)</u>	<u>50.002</u>	<u>(106.051)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>21.473</u>	<u>(79.200)</u>	<u>21.194</u>	<u>(79.201)</u>
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores	21.473	(79.200)	21.473	(79.201)
Acionistas não controladores	-	-	(279)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Atlas Casablanca Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital subscrito	Outros resultados abrangentes Reservas de hedge	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		691.938	33.934	(52.396)	673.476	-	673.476
Subscrição e integralização de capital	18.a	19.144	-	-	19.144	-	19.144
Hedge de fluxo de caixa	18.b e 11	-	(106.051)	-	(106.051)	-	(106.051)
Lucro líquido do exercício		-	-	26.851	26.851	-	26.851
Saldos em 31 de dezembro de 2024		711.082	(72.117)	(25.545)	613.420	-	613.420
Subscrição e integralização de capital	18.a	21.700	-	-	21.700	7.166	28.866
Hedge de fluxo de caixa	18.b e 11	-	50.002	-	50.002	(555)	49.447
Prejuízo do exercício		-	-	(28.529)	(28.529)	(279)	(28.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		732.782	(22.115)	(54.074)	656.593	6.332	662.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(28.269)	26.851	(25.839)	33.119
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:					
Depreciação	13	-	-	39.845	38.761
Amortização do custo da desmobilização	13	-	-	638	928
Amortização do direito de uso	12	-	-	324	324
Resultado de equivalência patrimonial	11	29.207	(26.872)	-	-
Alienação de participação societária	2 e 20	(825)	-	(825)	-
Juros sobre mútuos cedidos	23	(64)	-	-	-
Amortização do intangível	14	-	-	1.858	1.858
Juros sobre financiamentos	16	-	-	46.469	49.010
Custo de captação apropriado ao resultado	16	-	-	3.994	3.787
Correção monetária da provisão para desmobilização	17	-	-	2.116	2.143
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	1.120	1.164
Receita de sinistro de imobilizado	20	-	-	-	(10.500)
Baixa de ativo imobilizado	13	-	-	2.678	3.367
Atualização de desmobilização	17	-	-	-	(6.444)
Contingências (reversão)	25	-	-	-	(368)
Ajuste de avaliação patrimonial	15 e 26	-	-	(626)	(5.951)
Resultado ajustado		49	(21)	71.752	111.198
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		201	-	47.032	(37.081)
Impostos de renda e contribuição social		152	471	(6.213)	374
Impostos a recuperar		-	-	(436)	641
Adiantamentos a fornecedores		43	(39)	31	377
Despesas antecipadas		-	-	(777)	1.001
Outras contas a receber		-	-	1.003	(943)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(51)	51	(25.065)	35.328
Obrigações fiscais		6	(3)	(927)	302
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1	-
Outras contas a pagar		-	(26)	(2.736)	6.237
Caixa (aplicados nas) / gerado pelas atividades operacionais		400	433	83.665	117.434
Pagamento de juros de financiamentos	15	-	-	(46.965)	(48.857)
Pagamento de juros de arrendamento	11	-	-	(1.120)	(1.164)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	21	(226)	-	(3.051)	(5.489)
Caixa líquido (aplicados nas) / gerado pelas atividades operacionais		174	433	32.529	61.924
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Integralização de capital na investida	10	(14.534)	(19.144)	-	-
Mútuos a receber com partes relacionadas	23	(201)	-	-	-
Custo sobre mútuos - partes relacionadas	23	(6)	-	-	-
Transferência de ativos por meio de cessão onerosa	13	-	-	-	2.717
Aquisição de ativo imobilizado	12 e 25	-	-	(4.498)	(25.086)
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimento		(14.741)	(19.144)	(4.498)	(22.369)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de financiamentos (principal)	15	-	-	(49.373)	(61.031)
Custo de captação de financiamentos	15	-	-	-	(295)
Pagamento de principal de arrendamento	11	-	-	(45)	(40)
Integralização de capital	17.a	21.700	19.144	21.700	19.144
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividade de financiamento		21.700	19.144	(27.718)	(42.222)
Aumento / (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		7.133	433	313	(2.667)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	948	515	30.125	32.792
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	8.081	948	30.438	30.125
		7.133	433	313	(2.667)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Casablanca Holding S.A., (“Companhia”) é uma “Holding”, de sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Andar 7, bairro Cidade Monções, CEP: 04571.900, na cidade de São Paulo no estado de São Paulo.

A controlada direta e controladas indiretas compõem o projeto Casablanca que prevê o fornecimento médio anual de mais de 728,8 GWh para atender prioritariamente a Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., durante o prazo de 15 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2036.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

O Grupo iniciou em 2022 sua operação para atender prioritariamente a Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., durante o prazo de 15 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2036. Em 2025 a Companhia iniciou também o atendimento ao contrato de fornecimento junto à Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. como autoprodutora, com vigência até 31 de dezembro de 2034. O fornecimento médio anual é de mais de 728976,8 4 GWh.

1.1 Curtailment

As controladas indiretas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

1.2 Autorizações para exploração

As controladas indiretas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livre, já tendo firmado contrato com a investida Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. para venda total da energia produzida pelas plantas a partir do início da operação comercial, conforme previsto na nota explicativa nº1.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada indireta:

<i>Usina</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW/médio)</i>	<i>Produção Estimada (P90) (MW/médio)</i>	<i>Início de operação comercial</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Condição de produção</i>
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	12/04/2019 a 12/04/2054	99	Não Publicada ~57	17/11/2022	ACL	MG	Em operação
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	12/04/2019 a 12/04/2054	99	Não Publicada ~57	26/10/2022	ACL	MG	Em operação
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	12/04/2019 a 12/04/2054	99	Não Publicada ~57	26/10/2022	ACL	MG	Em operação

1.3 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2025, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 12.287 (R\$ 15.934 em 31 de dezembro de 2024) prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 28.529 (lucro de R\$ 26.851 em 31 de dezembro de 2024). Apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 32.529 (R\$ 61.924 em 31 de dezembro de 2024). Os prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 54.074 (R\$ 25.545 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando

normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas entraram em operação em 2022 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a acionista da Companhia poderá transferir recursos de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Companhia:

Controladas	País	Participação	Participação acionária %	
			2025	2024
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. (a)	Brasil	Direta	99%	100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Brasil	Indireta	100%	100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Brasil	Indireta	100%	100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Brasil	Indireta	100%	100%

(a) Em 28 de fevereiro de 2025 a Companhia procedeu com a venda de participação societária da investida direta pelo valor de R\$ 7.192 referentes a 1% de seu patrimônio líquido para a Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. Por esta venda o custo do investimento foi baixado pelo montante de R\$ 6.367, perfazendo, portanto, um ganho na operação R\$ 825.

Em 09 de setembro de 2025 a Companhia subscreveu e integralizou o montante de R\$ 21.700 no capital social da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., a sócia não efetuou aportes, sendo assim, teve sua participação diluída para 0,97%.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado.

- Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Atlas Casablanca Holding S.A., e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de Uso e Arrendamentos - Nota explicativa nº 12:** Estimativa da taxa de desconto implícita utilizada no cálculo do valor presente;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº 13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Intangível - Nota explicativa nº 14:** Principais premissas sobre os valores recuperáveis e suas respectivas vidas úteis;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 17:** Refere-se às principais premissas na mensuração de custos prováveis, descontados a valor presente, representando, assim, a saída futura de recursos necessários para a entrega do terreno arrendado nas condições iniciais previstas no contrato;
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos - Nota explicativa nº 22 -** Reconhecimento e mensuração dos impostos diferidos;

- **Instrumentos financeiros - Nota explicativa nº 24** – Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, A Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se A Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento de receita

As receitas são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de qualquer contraprestação variável. A receita é reconhecida mensalmente e quando há evidências convincentes de que houve:

- identificação dos direitos e obrigações no contrato com o cliente.
- identificação das obrigações de desempenho no contrato.
- determinação do preço para cada tipo de transação.
- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estabelecidas no contrato;
- cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas no contrato, seja dentro de um período específico ou ao longo da vigência do contrato. A receita não é reconhecida se houver incertezas significativas quanto à sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

O Grupo firmou um PPA (Purchase Price Agreement) em Dólar em ambiente de contratação livre, com intuito de otimizar os gastos do cliente que tem suas principais fontes em Dólar americano. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, como o cliente detém moeda funcional Dólar americano, esta operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto, não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A compreendem:

receita de juros;
despesa de juros; e
ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Holdings

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro

líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – SPEs

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende tanto o imposto de renda e a contribuição social correntes quanto os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de empréstimos capitalizados, líquidos de depreciação acumulada e perda do valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens de propriedade, planta e equipamento, utilizando o método linear com base na vida útil estimada pela Administração da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A, que representa o período durante o qual os ativos operacionais gerarão benefícios econômicos, conforme a tabela abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	de acordo com a vigência da outorga de exploração
--	---

A taxa de depreciação do item Usina Fotovoltaica representa a vida útil do ativo como uma unidade operacional e inclui todas as despesas necessárias para a construção e início de operação da usina.

A depreciação é reconhecida no resultado. Devido às limitações legais impostas pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados ao longo do menor entre a vida útil estimada do ativo e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados em cada data de balanço e ajustados se necessário.

f. Ativos Intangíveis

Inclui os Direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial do Grupo, previsto para primeiro semestre de 2023.

g. Contabilidade de Hedge (“hedge accounting”)

O Grupo designou instrumento financeiro não derivativo, sendo o principal do contrato de financiamento atrelado a moeda estrangeira, dólar americano (USD), como instrumento de hedge, para proteger suas receitas futuras altamente prováveis, firmadas por meio de Contrato de PPA (*Power Purchase Agreement*), do risco de oscilação de moeda estrangeira, também atrelado ao dólar americano (USD), aplicando a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de *hedge* acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

h. Ativos não circulantes disponíveis para venda

Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são registrados sob os respectivos títulos e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda, sendo classificados como ativos circulantes.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Atlas Casablanca Holding S.A.. se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Atlas Casablanca Holding S.A.. mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Atlas Casablanca Holding S.A.. realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Atlas Casablanca Holding S.A..
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Atlas Casablanca Holding S.A..

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) ***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Atlas Casablanca Holding S.A.. considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) ***Desreconhecimento***

(a) ***Ativos financeiros***

A Atlas Casablanca Holding S.A.. desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Atlas Casablanca Holding S.A.. nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) ***Passivos financeiros***

A Atlas Casablanca Holding S.A.. desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Atlas Casablanca Holding S.A.. também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do

passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Atlas Casablanca Holding S.A.. tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Atlas Casablanca Holding S.A.. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ativos contratuais.

A Atlas Casablanca Holding S.A.. mensura a provisão para perdas em contas a receber e ativos contratuais em um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vida útil, exceto para depósitos bancários com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados com base na perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Atlas Casablanca Holding S.A.. considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Atlas Casablanca Holding S.A.. na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Os ativos financeiros são considerados em default pela Atlas Casablanca Holding S.A.. quando é extremamente improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Atlas Casablanca Holding S.A.. sem que seja necessário recorrer a ações como a realização de garantias (se houver).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Atlas Casablanca Holding S.A.. está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Atlas Casablanca Holding S.A.. de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Atlas Casablanca Holding S.A.. espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Atlas Casablanca Holding S.A. avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado estão enfrentando problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta "problemas de recuperação" quando um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorrem.

Evidências de que um ativo financeiro está comprometido por crédito incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou tomador.
- violação de convenções, como inadimplência ou pagamentos em atraso.
- é provável que o devedor entre em falência ou em outra reestruturação financeira; ou
- desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas esperadas com crédito no balanço patrimonial

A provisão para perdas em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixas

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Atlas Casablanca Holding S.A. não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. No entanto, os ativos financeiros baixados ainda podem estar sujeitos à cobrança de crédito, em conformidade com os procedimentos da Bos Sorte Comercializadora de Energia S.A. para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Atlas Casablanca Holding S.A. são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC

(ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Atlas Casablanca Holding S.A.. avalia se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Atlas Casablanca Holding S.A.. aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços separados relativos.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo arrendado e uma obrigação de arrendamento que representa sua obrigação de realizar os pagamentos de arrendamento. No caso da Atlas Casablanca Holding S.A.. os ativos de direito de uso e suas respectivas obrigações de arrendamento referem-se ao terreno onde os parques eólicos estão localizados.

A Atlas Casablanca Holding S.A.. adota os seguintes critérios para o reconhecimento e a mensuração inicial de ativos e passivos:

- Reconhecimento de uma obrigação de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. As obrigações de arrendamento foram mensuradas pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento restantes, descontados usando taxas de juros incrementais, para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa de juros incremental nominal estabelecida foi, em média, 12,23% ao ano.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a

Atlas Casablanca Holding S.A.. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Atlas Casablanca Holding S.A..

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Atlas Casablanca Holding S.A.. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Atlas Casablanca Holding S.A.. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Atlas Casablanca Holding S.A.. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Atlas Casablanca Holding S.A.. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Atlas Casablanca Holding S.A.. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento,

de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** O Grupo e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements – PPAs), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos à vista (a)	99	27	3.234	11.063
Aplicações financeiras curto prazo (b)	7.982	921	27.204	19.062
Caixa e equivalentes de caixa	8.081	948	30.438	30.125

- a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 90% em 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes – ACL (a)	-	-	24.526	53.739
Contas a receber de clientes – Liquidação MCP (b)	-	-	-	450
Contas a receber de partes relacionadas (c)	-	201	-	-
Outros valores a receber (d)	-	-	-	10.500
<i>Constrained-off</i> (e)	-	-	323	-
Contas a receber de clientes	-	201	24.849	64.689

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1. Os saldos de geração são liquidados mensalmente.
- (b) Referem-se a parcela venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) em atendimento ao contrato firmado bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme nota explicativa nº 1.
- (c) Saldo advém de pagamentos realizados pela controladora para as controladas da Companhia referentes a fornecimento de imobilizado.
- (d) Refere-se a saldos a receber decorrente de indenização por desmobilização parcial da planta fotovoltaica da controlada indireta Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. para passagem de linha de Transmissão da Verde Transmissão de Energia S.A., cujo valor será recebido em 2025.

- (e) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained-off* no montante de R\$ 323. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

10 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ	21	112	5.171	1.091
CSLL	-	61	2.791	588
Total	21	173	7.892	1.679

11 Investimentos

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	100%	648.236	(29.207)	648.236
Total		648.236	(29.207)	648.236

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	100%	612.108	26.872	612.108
Total		612.108	26.872	612.108

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas é como segue:

Atlas Casablanca Holding Ltda.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

Composição do investimento	Part.%	31/12/2024	Aumento de capital (i)	Venda de participação societária (ii)	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>							
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	100%	612.108	21.700	(6.367)	50.002	(29.207)	648.236
Total		612.108	21.700	(6.367)	50.002	(29.207)	648.236

Composição do investimento	Part.%	31/12/2023	Aumento de capital (i)	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>						
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	100%	672.145	19.142	(106.051)	26.872	612.108
Total		672.145	19.142	(106.051)	26.872	612.108

- (i) Aumento de capital realizado em moeda corrente do país, por meio de transferência bancária.
- (ii) A Companhia procedeu com a venda de 1% de participação societária em 28 de fevereiro de 2025, conforme nota explicativa nº 2.

A seguir é demonstrado o resumo das informações da controlada:

2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	1.301.663	647.096	654.567	265.488	(29.207)
Total	1.301.663	647.096	654.567	265.488	(29.207)
2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	1.408.466	796.358	612.108	259.426	26.872
Total	1.408.466	796.358	612.108	259.426	26.872

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	9.068	(324)	8.744
Total do ativo	9.068	(324)	8.744

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	9.392	(324)	9.068
Total do ativo	9.392	(324)	9.068

Companhias/Companhias	Taxa de arrendamento em %	Prazo de arrendamento (anos)	Prazo residual de arrendamento (anos)
Usina De Energia Fotovoltaica Lar Do Sol IV S.A.	12,23%	30	27
Usina De Energia Fotovoltaica Lar Do Sol V S.A.	12,23%	30	27
Usina De Energia Fotovoltaica Lar Do Sol VI S.A.	12,23%	30	27

Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	9.596	9.641
Total	9.596	9.641
Circulante	51	45
Não circulante	9.545	9.596

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

	2025					Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização (i)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	9.641	-	(45)	(1.120)	1.120	9.596
Total	9.641	-	(45)	(1.120)	1.120	9.596
	2024					Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Atualização (i)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	9.681	-	(40)	(1.164)	1.164	9.641
Total	9.681	-	(40)	(1.164)	1.164	9.641

(i) Refere-se a atualização dos saldos, mediante reavaliação do acervo arrendado.

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,66% a.a.

13 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil consolidado

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adições	Cessão onerosa (a)	Baixa	31/12/2024	Adições	Baixa (c)	31/12/2025
Imobilizado em andamento (a)	-	-	-	-	-	1.712	-	1.712
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	1.252.393	10.784	(1.833)	(3.507)	1.257.837	2.786	(2.678)	1.257.945
Desmobilização de ativos (b)	26.976	-	-	(8.253)	18.723	-	-	18.723
Total do imobilizado	1.279.369	10.784	(1.833)	(11.760)	1.276.560	4.498	(2.678)	1.278.380
Depreciação acumulada:	31/12/2023	Adições	Cessão onerosa (a)	Baixa	31/12/2024	Adições	Baixa	31/12/2025
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	(23.682)	(38.761)	-	140	(62.303)	(39.845)	-	(102.148)
Desmobilização de ativos (b)	(1.038)	(928)	-	1.966	-	(638)	-	(638)
Total da depreciação acumulada	(24.720)	(39.689)	-	2.106	(62.303)	(40.483)	-	(102.786)
Total do imobilizado	1.254.649	(28.905)	(1.833)	(9.654)	1.214.257	(35.985)	(2.678)	1.175.594

(a) Transferência de ativos, por meio de cessão onerosa para a Companhia Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

(b) O Grupo realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 16.

(c) Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a substituição de cabeados e por essa razão, a Companhia procedeu com a baixa dos ativos fixos líquidos de R\$ 2.678.

Em dezembro de 2022 o Grupo concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.e

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e também de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócio (WACC 9,55%). Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

Os ativos detidos pelo Grupo compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

14 Intangível

	Consolidado	
	2025	2024
Custo		
Rede Básica de Transmissão Pirapora – MG	49.707	51.565
Total	49.707	51.565

Direito de acesso da rede básica de transmissão Pirapora – MG

Em 2020 o Grupo efetuou a compra das controladas Lar do Sol IV, V e VI, conforme nota explicativa nº 1 para compor o Complexo Casablanca. Juntamente com a aquisição das Companhias, a Administração identificou o direito de acesso à rede básica de transmissão Pirapora – MG. Desta forma, após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.f, a Companhia reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 55.046. O prazo de amortização do intangível é de 30 anos.

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

Projeto	SPE	Início licença	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Casablanca	Lar do Sol IV	01/01/2022	17.808	(620)	17.188	(620)	16.568
Casablanca	Lar do Sol V	01/01/2022	17.808	(619)	17.189	(619)	16.570
Casablanca	Lar do Sol VI	01/01/2022	17.807	(619)	17.188	(619)	16.569
			53.423	(1.858)	51.565	(1.858)	49.707

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços e materiais (a)	-	51	1.749	6.273
Compra de energia (c)	-	-	13.524	33.679
Fornecedores partes relacionadas (b)	-	-	14	400
Total de fornecedores	-	51	15.287	40.352
Outras contas a pagar (d)	-	-	5.887	8.625
Total outras contas a pagar	-	-	5.887	8.625
Total de fornecedores e outras contas a pagar	-	51	21.174	48.977

- a) Os saldos de serviços e materiais a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção das Usinas Fotovoltaicas nas Companhias controladas do Grupo.
- b) Conforme nota explicativa nº 23.
- c) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
- d) Refere-se a serviços de manutenção e operação e outros de R\$ 5.887 (R\$ 8.625 em 2024).

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

16 Financiamentos

	Consolidado	
	2025	2024
Financiamentos bancários com garantia		
Saldo inicial	715.437	618.091
Pagamento do principal	(49.373)	(61.755)
Variação cambial (i)	(76.513)	155.658
Juros incorridos	46.469	49.010
Juros pagos	(46.965)	(49.059)
Amortização do custo de captação	3.994	3.787
Custo de captação	-	(295)
Saldo em final	593.049	715.437
Passivo circulante	53.334	63.681
Passivo não circulante	539.715	651.756

- (i) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024) e em função da depreciação do câmbio em 2025, é apurada a variação cambial negativa em financiamentos. Adicionalmente o Grupo aplica instrumento de hedge de fluxo de caixa, de modo que a variação cambial do exercício protegida foi de perdas de R\$ 50.002 (perdas de R\$ 106.051 em 2024), incorrendo em tributos diferidos de ativo de R\$ 11.267 (ativo de R\$ 34.540 em 2024), que corresponde a 34% de imposto de renda e contribuição social, líquido de R\$ 21.871 (R\$ 72.117 em 2024), conforme nota explicativa nº 18 e nota explicativa nº 24.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Em 2021, a controlada direta Atlas Casablanca Comercializadora Ltda., celebrou os contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 459.713 – USD 76.300 e R\$ 62.328, com vencimentos em 15 de março de 2033 e 15 de setembro de 2036. O prazo de financiamento é de 15 anos, sendo que a parcela correspondente ao dólar é remunerada a uma taxa média de 8,06% a.a. e parcela correspondente ao real, são remunerados a taxa CDI + 5,38% a.a. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Atlas Casablanca Holding Ltda.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

	Data do financiamento	Taxa de juros	Valor em USD	Valor em BRL	Vencimento final	31/12/2025
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	620	15/03/2033	620
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	29.231	15/03/2033	29.231
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	209	-	15/09/2036	1.175
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	9.845	-	15/09/2036	55.425
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	87.202	-	15/09/2036	490.946
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	1.848	-	15/09/2036	10.405
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	7.505	-	15/09/2036	42.252
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	159	-	15/09/2036	895
Custo de captação de financiamentos						(37.900)
Total						593.049

	Data do financiamento	Taxa de juros	Valor em USD	Valor em BRL	Vencimento final	31/12/2024
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	3.242	15/03/2033	3.242
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	32.745	15/03/2033	32.745
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	2.188	-	15/09/2036	13.552
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	8.831	-	15/09/2036	54.686
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	9.750	-	15/09/2036	60.374
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	40.651	-	15/09/2036	251.724
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	47.211	-	15/09/2036	292.344
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	4.200	-	15/09/2036	26.010
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	4.200	-	15/09/2036	26.010
Custo de captação de financiamentos						(45.250)
Total						715.437

Vencimento em:	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
2026	-	65.176
2027	59.371	65.176
2028	59.371	65.176
2029	59.371	65.176
2030 até 2036	361.702	391.052
	539.715	651.756

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao IDB Invest, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o IDB Invest a correta aplicação dos recursos captados;
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Manter o índice de serviço da dívida após a Data de Operação Comercial (COD) em até 1,05:1,00; e
- Manter estrutura de contas controladas junto ao Citibank S.A. e Citibank NY as contas controladas para cumprir as obrigações pecuniárias do projeto, tais como:
 - Custos operacionais;
 - Custos de construção;
 - Abastecimento de conta reserva de serviço da dívida; e
 - Serviço da dívida.

b. Garantias prestadas

O IDB Invest também acessa garantias reais do projeto, dentre as quais se destacam:

- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Atlas Casablanca Holding S.A.;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Atlas Casablanca Holding S.A..

O índice financeiro deve ser apurado pelo Grupo trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de financiamentos são acompanhadas pela Administração do Grupo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu *covenant* financeiro previsto em contrato de empréstimo. Em conformidade com as obrigações contratuais, a Companhia formalizou o tema junto à instituição financeira e obteve o respectivo *waiver*, e devido a isto a dívida não foi reclassificada para o curto prazo. Ressalta-se que a dívida foi integralmente quitada, conforme detalhado na nota explicativa nº 26.

17 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em dezembro de 2022, as controladas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$26.976. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%, conforme estudo realizado.

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 3.395. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,30% (Tesouro IPCA + 2,5%). Ademais, a atualização do saldo, leva em conta nos novos custos que irão incorrer para a desmobilização do ativo fixo.

Em dezembro de 2025, a Companhia realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 2.116. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizando a valor presente por uma taxa definida em 11,30%.

O valor de desmobilização foi registrado no ativo de imobilizado e está sendo amortizado conforme segue:

Planta	Prazo	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Atualização	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Lar do Sol IV	dez/48	8.646	(309)	(2.096)	6.241	(213)	6.028
Lar do Sol V	dez/48	8.646	(309)	(2.096)	6.241	(213)	6.028
Lar do Sol VI	dez/48	8.646	(309)	(2.095)	6.242	(213)	6.029
Total:		25.938	(927)	(6.287)	18.724	(639)	18.085

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	18.724	29.313
Correção monetária da provisão para desmobilização	2.116	2.143
Atualização da provisão para desmobilização (i)	-	(12.732)
Saldo em 31 de dezembro	20.840	18.724

- (i) O Grupo realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecido no passivo.

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital integralizado pela sócia pela quotista Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. detentora de 100% das quotas da Companhia, corresponde à R\$ 732.782 (R\$ 711.082 em 31 de dezembro de 2024).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou subscrição e integralização de capital social, decorrente da alteração contratual, realizada em 09 de setembro de 2025 no montante de R\$ 21.700 (R\$ 19.144 em 31 de dezembro de 2024).

b) Hedge de fluxo de caixa – Reserva de hedge

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, as variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, decorrentes do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira designados como hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge foram realizadas na controlada Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e em 31 dezembro de 2025 o valor acumulado é negativo de R\$ 54.074 (negativo de R\$ 25.545 em 2024). As variações cambiais do instrumento de *hedge* designado, serão reconhecidas no patrimônio líquido até o momento em que o objeto de *hedge*, as receitas altamente prováveis, com a venda de energia sejam reconhecidas.

c) Participação de não controladores

A Companhia reconhece como participação de não controladores o valor de R\$ 6.332 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado abaixo valores por investida:

Composição da participação de não controladores	2024			
	Part. %	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda	1%	654.569	(29.846)	6.332
Total		654.539	(29.846)	6.332

19 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL)	295.155	288.731
Receita partes relacionadas (a)	-	778
<i>Constrained off</i>	323	-
Impostos sobre venda	(29.990)	(30.083)
Total da receita operacional líquida	265.488	259.426

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa 23.

Em 31 de dezembro de 2025 a quantidade comercializada pelo Grupo foi de 354 GW (362 GW em 31 de dezembro de 2024)

20 Custos e despesas operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica		
Depreciação e amortização	(40.807)	(40.013)
Atualização da provisão para desmobilização	-	6.444
Operação e manutenção	(9.231)	(7.206)
Amortização de intangível	(1.858)	(1.858)
Compra de energia para revenda (e)	(135.936)	(85.422)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	(22.615)	(22.909)
Custos compartilhados - partes relacionadas (b)	(1.132)	(1.071)
Compromissos ambientais e sociais	(1.444)	(951)
Custos de locação de terras (a)	(838)	(1.216)
Custos para ativos desmobilizados	-	(680)
Custo de aporte em garantia	(352)	(2.020)
Seguros	(7.755)	(3.746)
Outros	-	(70)
Compra de energia partes relacionadas (d)	-	(17.824)
Total	(221.968)	(178.542)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(77)	(89)	(420)	(414)
Assessoria e advogados (a)	-	(43)	(5.394)	(243)
Serviços técnicos	-	-	(529)	(81)
Taxas diversas	(9)	(1)	(46)	(290)
Internet e comunicação	-	-	(198)	(173)
Despesas com viagens	-	-	35	(578)
Outras despesas	-	-	-	(61)
Total	(86)	(133)	(6.552)	(1.840)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas e despesas operacionais				
Receita na venda de investimentos (h)	825	-	825	-

Baixa de ativo imobilizado (f)	-	-	(2.678)	7.845
Outras receitas operacionais	(19)	1	(92)	50
Outras despesas operacionais	-	-	(1.180)	(786)
Total	844	1	(3.125)	7.109

- (a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- (b) Ao longo de 2025 e 2024 a Companhia dispôs de serviços compartilhados com as demais Companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 22.
- (c) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- (d) Refere-se a compra de energia das controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 22.
- (e) Refere-se a compra de energia de não partes relacionadas para cumprimento do contrato.
- (f) Baixa de ativo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.
- (g) Refere-se a atualização do estudo de desmobilização, conforme nota explicativa nº 16.
- (h) Conforme nota explicativa nº 20.

21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	117	112	614	1.475
Outras receitas financeiras	64		64	-
Varição cambial ativa (a)	-	-	135	3.997
	181	112	813	5.472
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(1)	(1)	(3.732)	(2.341)
Despesas de juros com financiamentos	-	-	(46.469)	(49.010)
Correção monetária para desmobilização	-	-	(2.116)	(2.143)
Custo de captação incorrido	-	-	(3.394)	(3.787)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.154)	(1.164)
Varição cambial passiva (a)	-	-	(3.630)	(61)
	(1)	(1)	(60.495)	(58.506)
Resultado financeiro, líquido	180	111	(59.682)	(53.034)

- (a) Conforme nota explicativa nº 15.

22 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício - corrente

	Controladora	
	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(28.269)	26.851
Adições:		
Resultado de equivalência patrimonial	29.207	(26.872)
Outras adições/exclusões	(19)	(64)
Base de cálculo	919	(85)
Imposto de renda e contribuição social	260	-
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	34%	-

b. Valores reconhecidos no patrimônio líquido – Impostos diferido decorrente de reserva de *hedge*

	Controladora	
	2025	2024
Reserva de <i>hedge</i> – Instrumentos financeiros – perdas	-	(109.268)
Reserva de <i>hedge</i> – Instrumentos financeiros – ganhos	76.513	-
Base de cálculo	76.513	(109.268)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferida do exercício	(25.884)	54.632
Imposto de renda e contribuição social diferida acumulada	11.267	37.151

c. Apuração pelo lucro real controladora

	Controladora	
	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(28.269)	30.314
Adições (exclusões):		
Variação cambial	-	(2.670)

Atlas Casablanca Holding Ltda.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

Mais valia	-	1.858
Outras provisões não dedutíveis temporariamente	-	(1.055)
Juros Selic	(19)	-
Resultado de equivalência patrimonial	29.207	(13.886)
	919	14.561
Resultado fiscal ajustado – após ajustes das adições e exclusões		
Compensação de prejuízos fiscais	(85)	(4.368)
	834	10.193
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social 34%	(260)	(3.442)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	0,9%	24,8%

d. Apuração pelo Lucro Presumido controladas

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta (a)	78.490	86.641
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	6.279	6.918
Presunção da contribuição social – 12% (c)	9.419	10.378
Demais receitas – (d)	1.070	550
	7.349	7.468
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)		
Imposto de renda a alíquota de 15%	(1.239)	(1.120)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(711)	(723)
Total imposto de renda	(1.950)	(1.843)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	10.489	10.928
Total contribuição social a alíquota de 9%	(1.019)	(983)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.969)	(2.827)
Alíquota efetiva (*)	4%	3%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (d).

O imposto de renda e contribuições social consolidado é representado pelo valor reconhecido pela controladora no montante de R\$ 260 (R\$0 em 2024) e o valor do imposto de renda e contribuição social incidente nas controladas no montante de R\$ 2.709 (R\$ 6.269 em 2024), totalizando o valor consolidado de R\$ 2.969 (R\$ 6.269 em 2024).

23 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora da Companhia é a Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

<i>Operações intercompany – Nacional</i>	<u>Contas a receber (a)</u>		<u>Receitas/(despesas) (c)</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	-	201	-	-
	<u>-</u>	<u>201</u>	<u>64</u>	<u>-</u>
<i>Operações intercompany – Nacional</i>	<u>Contas a pagar (b)</u>		<u>Receitas/(despesas) (c)</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. (*)	14	400	(1.132)	(18.118)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. (*)	-	-	-	-
	<u>14</u>	<u>400</u>	<u>(1.132)</u>	<u>(18.118)</u>
<i>Mútuo a receber</i>	<u>Contas a receber (d)</u>			
	<u>2025</u>	<u>2024</u>		
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	271	-		
	<u>271</u>	<u>-</u>		

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

- a) Conforme nota explicativa nº 9
- b) Conforme nota explicativa nº 14
- c) Conforme nota explicativa nº 18 e 19.
- d) Mutuo a

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos ativos e passivos financeiros classificados como VJR (valor justo por meio do resultado) e custo amortizado, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

		2025 – Controladora		2024 – Controladora		
Nota		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativos						
	Caixa e equivalentes de caixa	8	7.982	99	921	27
	Contas a receber	9	-	-	-	201
	Total		7.982	99	921	228
Passivos						
	Fornecedores	14	-	-	-	51
	Total		-	-	-	51
		2025 – Consolidado		2024 – Consolidado		
Nota		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativos						
	Caixa e equivalentes de caixa	8	27.204	3.234	19.062	11.063
	Contas a receber	9	-	24.849	-	64.689
	Outras contas a receber		-	-	-	1.003
	Total		27.204	28.083	19.062	76.755
Passivos						
	Fornecedores	14	-	15.287	-	40.352
	Passivo de arrendamentos	11	-	9.596	-	9.641
	Financiamentos	15	-	593.049	-	715.437
	Outras contas a pagar	14	-	5.897	-	8.625
	Total		-	623.829	-	774.055

	Nota	2025 Controladora		2024 Controladora	
		Valor contábil e valor justo		Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	8.081	8.081	948	948
Contas a receber	Nível 2	-	-	201	201
Total		8.081	8.081	1.149	1.149
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	-	-	51	51
Total		-	-	51	51

	Nota	2025 Consolidado		2024 Consolidado	
		Valor contábil e valor justo		Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	30.438	30.438	30.125	30.125
Contas a receber	Nível 2	24.849	24.849	64.689	64.689
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	1.003	1.003
Total		55.287	55.287	95.817	95.817
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	15.287	15.287	40.352	40.352
Financiamentos	Nível 2	593.049	593.049	715.437	715.437
Passivo de arrendamentos	Nível 2	9.596	9.596	9.641	9.641
Outras contas a pagar	Nível 2	5.887	5.887	8.625	8.625
Total		623.829	623.829	774.055	774.055

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para

- o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável

b. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	8.081	948	30.438	30.125
Contas a receber	-	201	24.849	64.689
Outras contas a receber	-	-	-	1.003

Total	8.081	1.149	55.287	95.817
--------------	--------------	--------------	---------------	---------------

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima consolidada ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como valor justo através do resultado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 27.204 em 31 de dezembro de 2025 (R\$19.062 em 31 de dezembro de 2024).

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira intermediária condensada, individuais e consolidadas. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024	Controladora				
Valor	Fluxos de caixa contratuais				
Contábil	Total	1 ano ou menos	2 – 5 anos	6 – 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores e outras contas a pagar	51	51	51	-	-
	51	51	51	-	-

31 de dezembro de 2025

	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 – 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos bancários com garantia	593.049	593.049	106.889	263.474	403.626	136.215
Fornecedores e outras contas a pagar	21.174	21.174	21.177	-	-	-
Arrendamentos	9.596	32.332	1.596	4.391	5.988	20.357
	623.819	646.555	129.662	267.865	409.614	156.572

31 de dezembro de 2024

	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 – 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	715.437	889.355	112.555	272.528	504.272	-
Arrendamentos	9.641	59.775	2.355	7.029	15.036	35.355
Fornecedores e outras contas a pagar	48.977	48.977	48.977	-	-	-
	774.055	998.107	163.887	279.557	519.308	35.355

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

i. Risco cambial

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as receitas futuras altamente prováveis da Companhia.

Os valores de referência, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US\$ 1,00 / R\$ 5,22 (US\$ 1,00 / R\$ 6,19), são apresentados a seguir:

Instrumento de <i>hedge</i>	Objeto de <i>hedge</i>	Tipo de risco protegido	Período de Proteção	Em USD	Em BRL
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos – Financiamento em (USD)	Variações cambiais parte das receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis	Cambial – taxa spot BRLxUSD	Set/2022 à nov/2036	114.874	711.335

Movimentação do valor de referência (principal)

	Em USD	Em BRL
Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2023	125.306	606.644
Designação durante o exercício	(10.432)	(53.698)
Varição cambial	-	158.386
Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2024	114.874	711.335
Designação durante o exercício	(8.407)	(83.902)
Varição cambial	-	(61.177)
Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2025	106.467	566.256

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício.

As receitas futuras altamente prováveis, oriundas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD), designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 42% das receitas futuras altamente prováveis, dos mesmos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD).

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a ser realizada pelas futuras receitas realizadas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*).

	Variação Cambial	Efeito tributário (34%)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.415	(17.481)	33.934
Reconhecido no patrimônio líquido	(160.683)	54.632	(106.051)
Total em 31 de dezembro de 2024	(109.268)	37.151	(72.117)
Reconhecido no patrimônio líquido	41.470	8.776	50.246
Total em 31 de dezembro de 2025	50.246	28.375	(21.871)

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real (BRL), sua moeda funcional, e o dólar americano (USD). A exposição decorre do contrato de financiamento atrelado ao dólar americano e dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

(iii)

(iv) No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro do Grupo que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas	Taxa em 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de cambio USD (a)	5,22	5,50	5,50	6,87	8,25
		31/12/2025	Sensibilidade		
Risco de itens off-balance (*)	Moeda / Risco	Exposição	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Contratos de (PPA)	USD	106.467	585.568	731.428	878.352
Risco de aumento (passivo)	Moeda / Risco				
Financiamentos (**)	USD	(106.467)	(585.568)	(731.428)	(878.352)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa Contratos (PPA)	Moeda / Risco				
	USD	106.467	585.568	731.428	878.352

(*) Contratos para revenda de energia futura que serão reconhecidos no resultado em contrapartida ao ativo somente no momento da entrega da energia contratada.

(**) Designados como objeto de *hedge* de fluxo de caixa para o percentual de 41,5% das receitas futuras altamente prováveis.

(v) **Risco de taxa de juro**

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros do Grupo que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário	Sensibilidade		
		Provável 31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%

Controladora		Sensibilidade					
Índice	Saldos em 31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%	
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	7.982	8.960	1.222	1.467	(1.222)	(1.467)

Consolidado		Sensibilidade					
Índice	Saldos em 31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%	
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	27.204	11.314	4.166	4.999	(4.166)	(4.999)

Consolidado		Sensibilidade					
Índice	Saldos em 31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%	
Risco de redução (ativo)							
Financiamentos	CDI	593.049	665.698	90.811	108.973	(90.811)	(108.973)

(a) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus*

(i) A Companhia possui taxa de juros de financiamentos pré-fixados e pós fixados. A variação das taxas de juros e índices do quadro acima apresentam apenas variação dos itens pós fixados.

25 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa da Companhia, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

As controladas da Companhia figuram como atuadas em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor total de R\$ 1.976, com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência.

A Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda provável em 31 de dezembro de 2025.

26 Informações complementares aos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	
		2025	2024
Tributos diferidos	21	(50.246)	(54.632)
Ajuste de avaliação patrimonial - hedge fluxo de caixa	17.b	(25.884)	(106.051)
Financiamentos – variação cambial	15	76.130	160.683

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Fornecedores partes relacionadas	14	-	-
Fornecedores	14	-	(13.147)
Provisão para desmobilização	16	-	-
Tributos diferidos	21	(50.246)	(54.632)
Ajuste de avaliação patrimonial - hedge fluxo de caixa	17.b	(25.884)	(106.051)
Financiamentos – variação cambial	15	76.130	160.683
Variação cambial		-	926
Juros pagos	15	-	(202)
Pagamento de financiamentos	15	-	(724)
Cessão onerosa	12	-	(883)
Imobilizado	12	-	14.300
Participação de não controladores			

27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

	Consolidado					Total
	2026	2027	2028	2029	Acima 2030	
TUST/TUSD (a)	23.683	24.731	25.686	26.566	1.160.689	1.261.355
Seguros e garantias (b)	1.387	1.446	1.503	1.553	63.393	69.282
Compra de Energia (c)	754	-	206	-	1.540	2.500
Contratos de (O&M) (d)	7.144	7.454	6.110	6.316	243.148	270.172
Arrendamento (e)	3.692	3.924	3.896	3.997	187.257	202.766
Outros (f)	6.382	5.744	5.502	5.564	217.526	240.718

Total	<u>43.042</u>	<u>43.299</u>	<u>42.903</u>	<u>43.996</u>	<u>1.873.553</u>	<u>2.046.794</u>
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	------------------	------------------

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Compra de Energia

O Grupo possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos.

d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

f) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

28 Eventos subsequentes

a) Aumento de Capital mediante Aporte de Investimento em Juazeiro Comercializadora

Em 31 de janeiro de 2026, conforme deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Controladora Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. realizou um aumento de capital mediante aporte 269.265.955 ações ON correspondendo à 98% das ações da Companhia Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., no valor de R\$ 269.265.955,18. Com essa operação, a Atlas Casablanca Holding S.A. passou a deter o controle majoritário de 97% da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., anteriormente detida pela Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. Esta operação está alinhada à estratégia de reorganização societária do grupo, visando maior eficiência na gestão e estruturação financeira das controladas. Não houve alteração na titularidade

dos ativos operacionais, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

b) Captação de Recursos junto ao GIP Helios Aggregator, L.P.

• **Atlas Casablanca Holding S.A..**

Em 15 de fevereiro de 2026, após a data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia celebrou contrato de financiamento externo com o GIP Helios Aggregator, L.P., entidade sediada em Luxemburgo e sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 140,042,000.00 (equivalente a R\$ 728.978.690,00, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD). O contrato de mútuo possui vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros. A dívida pode ser convertida em ações representando até 99% do capital social da Atlas Casablanca Holding S.A..

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e destinam-se ao alongamento do perfil da dívida e à otimização da estrutura de capital das controladas.

As condições do novo financiamento estão alinhadas à estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das SPEs. Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

• **Atlas Casablanca Comercializadora S.A. e Atlas Juazeiro Comercializadora S.A.**

Em 19 de fevereiro de 2026, após a captação dos recursos junto ao GIP Helios Aggregator, L.P. (Luxemburgo), a Companhia celebrou contratos de mútuo com suas controladas Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., nos seguintes valores e condições:

- i. Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.: US\$ 96.734.000 (equivalente a R\$ 502.483.002,28, à taxa de câmbio BRL 5,195/USD);
- ii. Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.: US\$ 43.308.000 (equivalente a R\$ 224.996.216,00, à taxa de câmbio BRL 5,195/USD).

Ambos os mútuos possuem vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de 6,9% ao ano. Os recursos foram recebidos pelas controladas em 20 de fevereiro de 2026 e utilizados integralmente para a liquidação das dívidas anteriores junto ao IDB Invest. As novas dívidas serão controladas em reais e convertidas em dólares na data do pagamento.

As condições do novo financiamento estão alinhadas à estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das SPEs. Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *